



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 07/2017/TCM-PA, 09 DE FEVEREIRO DE 2017.

EMENTA: Dispõe sobre delegação para presidir as instruções processuais, bem como, as propostas de votos dos processos de relatoria, como também do estoque Processual, na forma das Resoluções nº 015/2015 e 08/2016, do Conselheiro Presidente Daniel Lavareda ao Conselheiro Substituto Convocado Sérgio Franco Dantas.

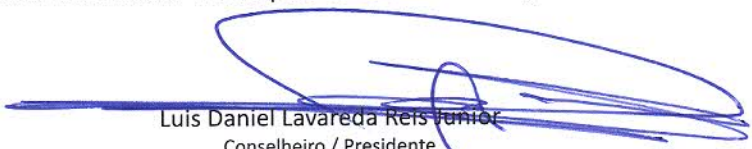
O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 11, § 2º, c/c o art. 19, II, da Lei Complementar Estadual nº 109, de 27 de dezembro de 2016ⁱ.


RESOLVE:

Art. 1º. Delegar ao Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas as incumbências de presidir as instruções processuais e formular as propostas de votos dos processos distribuídos ao Conselheiro presidente Daniel Lavareda, no biênio 2017/2018, assim como, dos processos de contas, sob responsabilidade deste conselheiro, relativos ao estoque processual, na forma das resoluções nº 015/2015 e 08/2016.

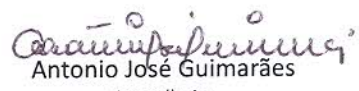
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.


Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de fevereiro de 2017.



Luís Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente



Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente



José Carlos Araújo
Conselheiro


Antonio José Guimarães
Conselheiro


José Alexandre da Cunha Pessoa
Conselheiro-Substituto


Sérgio Franco Dantas
Conselheiro-Substituto


Adriana Cristina Dias Oliveira
Conselheira-Substituta


Márcia Tereza Assis da Costa
Conselheira-Substituta

ⁱ Art. 11 (...)

(...)

§ 2º O Conselheiro-Presidente poderá, mediante autorização Plenária, delegar a distribuição parcial ou total, dos processos de sua relatoria, a Conselheiro-Substituto, por ele designado, para proposição de voto, hipótese em que o mesmo não participará dos rodízios estabelecidos na presente Lei e no Regimento Interno, enquanto durar a delegação.

Art. 19. Compete ao Conselheiro-Substituto, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno:

I - (...);

II - Presidir, quando não estiver substituindo Conselheiro, a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, relatando-os com proposta de decisão a ser votada pelo Pleno ou Câmara para a qual foi designado;